

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6374	13870/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - DGE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Propõe-se aprovação pela Câmara Municipal, do projeto de execução nos termos das condições estipuladas na proposta de aprovação de projeto apresentada pela DMOSM/DOM /DEPM.

Denominação da Empreitada: **Requalificação e Ampliação da Escola Básica Quinta da Veiga**

Estimativa orçamental: 2.972.753,62€ + IVA;

Prazo de Execução: 365 dias (12 meses).

O projeto encontra-se instruído em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08, nomeadamente no seguinte enquadramento:

- artigo 7.º do Capítulo I do Anexo I;
- artigo 19.º do Capítulo II do Anexo I.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Processo: 13808/2024

Assunto: REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA QUINTA DA VEIGA

Documento: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO/INTERVENÇÃO:

O presente projeto visa a execução de obras de requalificação e ampliação da Escola Básica Quinta da Veiga, localizada na Rua Luís de Campos, na freguesia de São Vicente, do concelho de Braga, nos termos e condições definidos nos projetos de arquitetura e de especialidades que instruem o projeto de execução.

O sistema modular de apoio das atividades letivas da escola enquanto decorrerem as obras será instalado na Escola de Educação Rodoviária de Braga, localizada na Rua Padre António Freire, na freguesia de São Vicente, do concelho de Braga.

2. FUNDAMENTAÇÃO DO PREÇO BASE:

(cfr. o disposto no art.º 47 da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

O preço base foi definido pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, com recurso aos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, com a adequada atualização ou adaptação dos referidos valores unitários as atuais circunstâncias do mercado, procedendo-se ao seu ajustamento tendo em consideração:

- O volume de trabalhos a executar para cada espécie de trabalho;
- A tipologia dos trabalhos;
- As particularidades e condicionalismos locais;
- As conjecturas atuais do mercado da construção;
- A atualização dos preços unitários associados à data dos procedimentos anteriores tomados com referência para o efeito.

3. PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIOS:

(cfr. n.º 5 do artigo 36.º da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

3.1. O presente projeto reúne o parecer prévio, obrigatório vinculativo, da seguinte entidade externa:

- DGESTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Ref.º 9281/2022/DSRN-EMAG-UIEE de 15/03/2022;
- ARS-Norte – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. – Parecer técnico favorável – Ref.º Of.º N.º 633/2019 de 15/10/2019;
- E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. – Viabilidade da ligação da instalação à rede – Pedido n.º 890000077703 de 11/08/2022;
- AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Ref.º S02234-202202-DE de 09/02/2022 e Ref.º S14862-202205-DE de 05/05/2022;
- ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Aprovação do projeto de SCIE – Proc. N.º 1190476 de 07/01/2022;
- GASAIR – Aprovação do Projeto de Instalação de Gás – Processo n.º AP/000/2021/3518;
- ADENE – Pré-Certificado Energético – Ref.º SCE358790436 (válido até 23/12/2034);

3.2. O projeto não carece de obtenção de outros pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações necessárias, por parte de entidades externas ou internas, que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

4. PROPOSTA:

Propõe-se a aprovação do projeto de execução.

O projeto encontra-se instruído em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08, nomeadamente no seguinte enquadramento:

- artigo 7.º do Capítulo I do Anexo I;
- artigo 19.º do Capítulo II do Anexo I.



5. PROGRAMA DE FINANCIAMENTO:

O Município de Braga pretende submeter até 30 de Dezembro de 2024, a candidatura ao **Aviso NORTE2030-2024-29 – Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário (IT)** cumprindo as condições de elegibilidade de enquadramento no Plano de Ação do ITI da CIM do Cávado, a aprovar pela Autoridade de Gestão do Norte 2030.

6. ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DA EMPREITADA:

Após a aprovação do projeto de execução e verificando-se a aprovação do programa de financiamento, o projeto de execução poderá prosseguir para a abertura do procedimento de contratação da sua empreitada com a seguinte proposta:

Abertura do procedimento de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual.

A empreitada denominada "**REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA QUINTA DA VEIGA**", a levar a efeito na Escola Básica da Quinta da Veiga, na Rua Luís de Campos, na freguesia de São Vicente, do concelho de Braga, tem o valor base de **2.972.753,62€ + IVA**.

O prazo de execução da obra é de **365 dias**.

Notas:

Adjudicação por lotes:

(crf. artigo 46.º-A da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

Propõe-se a não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a 500.000,00€, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incidíveis.

Em anexo segue pasta digital do projeto de execução.

Para os devidos efeitos.

Braga, 23 de Dezembro de 2024

/ O Chefe de Divisão da DEPM,

Vitor Alejandro Machado Carvalho, Arquiteto

